

RECORTE – revista eletrônica
ISSN 1807-8591

Mestrado em Letras: Linguagem, Cultura e Discurso / UNINCOR
V. 12 - N.º 1 (janeiro-junho - 2015)

PRÁTICAS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA MILITAR: UMA HIGIENE MORAL E DO CORPO

Reginaldo Cerqueira Sousa¹

RESUMO: A lembrança dos 50 anos do Golpe, que instituiu a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), colocou no centro das atenções as questões problemáticas deste que é considerado um dos períodos sombrios da recente história brasileira. Entre as discussões levantadas, destacam-se aquelas referentes às formas de legitimação de regimes autoritários baseados, sobretudo, na supressão das liberdades políticas e na violência do Estado contra a sociedade. Formas de governo como estas, encontraram mecanismos — entre eles o da propaganda ideológica — para adquirir adesão e consenso da população. Em diferentes níveis, indivíduos estiveram dispostos a colaborar com o uso da vigilância social e do fornecimento de informações aos órgãos da censura e da repressão, afetando pessoas contrárias ao arbítrio estabelecido pelo Estado. Este artigo procura compreender esse processo durante a Ditadura Militar Brasileira por meio da análise dos manuais de Educação Moral e Cívica e das práticas esportivas nos espaços de educação de jovens, caracterizando a higiene moral e do corpo como meios de se obter obediência, valorizar o trabalho e evitar os conflitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Anticomunismo; Moral e Civismo.

ABSTRACT: The memory of the 50th anniversary of the coup that established a military dictatorship in Brazil (1964-1985) has focused in the problematic issues of this period, which is considered one of the darkest in recent Brazilian history. Among the raised discussions, those related to the forms of legitimacy of authoritarian regimes, based mostly in the suppression of political freedoms and State violence against society are highlighted. Government forms as these ones found mechanisms, such as the ideological propaganda in order to get membership and consensus of the population. At different levels, individuals were willing to cooperate using social monitoring and providing information to organs of censorship and repression, contrary to the people who were against the discretion established by the State. This article approaches this process during the Brazilian Military Dictatorship through the analysis of textbooks and Moral and Civic Education, besides practicing sports in youth education spaces.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Anti-communism; Moral and Civic.

¹ Graduado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do curso de pós-graduação em História Cultural, da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Bolsista da CAPES e membro do grupo de pesquisa “Mitos de unidade racionais; sentimentos de pertença e exclusão na era dos nacionalismos”, financiado pela Fundação Araucária, do Paraná. E-mail: ihuararuna@yahoo.com.br

Introdução

A lembrança dos 50 anos do Golpe Militar colocou na ordem do dia os debates sobre a Ditadura Militar brasileira. Aspectos de seu funcionamento, as interpretações referentes às suas definições e orientações ideológicas, e as atrocidades praticadas na época deram o tom das reflexões e das discussões levantadas. Considerado um dos períodos mais sombrios de nossa história recente, a Ditadura instaurada em 1964, – estendendo-se por mais de duas décadas – promoveu o cerceamento das liberdades políticas, a militarização dos aparelhos do Estado, a violência deste contra a sociedade, a censura política e moral, e a continuidade do processo de modernização, ampliando o fosso da desigualdade social no país. (SILVA, 1990, p. 273-303).

Estes momentos de rememoração são importantes porque trazem à tona o tema da memória. As disputas em torno desta configuram-se em espaços de lutas e embates políticos inscrevendo, no bojo de suas tensões, um modo de ler e de se relacionar com o passado (SEIXAS, 2004, p. 37-58). Eles instigam, no que se refere à Ditadura, a retomar marcos para se pensar os interesses e os motivos pelos quais se definiram os temas que orientaram pesquisas acadêmicas e mesmo concepções sobre o período. São ocasiões para se empreender balanços do que se produziu, ou deixou-se de produzir, a respeito daquela época, dos seus personagens e dos seus acontecimentos (GOMES, 2010, p. 37-70).

Entrar neste debate pode nos conduzir à reflexão dos impasses da memória constituída no Brasil Pós-Ditadura. O processo de redemocratização e a Política de Anistia projetaram no horizonte do país um modelo de sociedade democrática baseado na hegemonia do discurso coletivo e do consenso social. Nesta transição consensual, desviou-se atenção não somente dos colaboradores do autoritarismo, mas daqueles que foram vítimas da violência política, sobretudo da tortura (KEHL, 2010, p. 123-132). O silêncio existente em relação a essa questão é um dos fatores que podem explicar a violência das instituições do Estado contra a sociedade. A sensação de impunidade e o medo imperam inviabilizando denúncias contra essas formas de violência.

Estes mecanismos de esquecimento, bem como o esforço no apagamento dos traumas gerados pela violência política, no intuito de criar uma ideia de consenso democrático, entre outras questões, geraram uma sensação de impunidade, o que resultou, por exemplo, na permanência da violência e, neste caso, da violência policial. Os seus trágicos efeitos podem

ser observados nas ruas das grandes e pequenas cidades do país, nos porões das delegacias, nas cadeias, nos presídios e nas periferias de todo o Brasil (HAGGINS, 2010, 541-558).

Diante disso, cabe-nos não somente a difícil tarefa de pensar essas questões na intenção de provocar fissuras no modo como o passado da Ditadura fora compreendido, mas a de refletir sobre o mesmo, e de maneira crítica, no sentido de apontar possibilidades de análises sobre o período. Instigar leituras outras que permitam vencer e superar as diferentes formas de dominação, a repressão e a violência. Outra tarefa, não menos importante, é a de não deixar escapar o entendimento da Ditadura como um produto social. Considerando tal concepção, passamos a compreender as suas bases de apoio e legitimidade. Em grande medida, os militares encontraram nos segmentos conservadores da sociedade o apoio de que precisavam para aplicar o golpe (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010).

Para compreender como se deu as bases de legitimidade, este trabalho analisa o processo de constituição de uma espécie de pedagogia moral e do corpo durante o período da Ditadura, viabilizado, principalmente, pela reestruturação do ensino por meio de reformas na educação, de programas e de projetos educacionais em fins dos anos de 1960 e durante a década de 1970. Deu-se, além de outros modos, por meio de manuais de educação moral e cívica e pelo uso das práticas de atividades físicas, esportivas e de lazer nas instituições de ensino de todo o Brasil.

Esses projetos eram, particularmente, direcionados aos jovens estudantes objetivando a constituição de um ideário nacionalista – a manifestação do sentimento de amor à pátria e ao modelo tradicional de família. Além disso, uma educação moral associada também a atividades físicas, e voltadas a lazeres ativos, tentava consolidar comportamentos sociais mais harmônicos e sintonizados com o regime político vigente na época. A higiene moral e do corpo significava também a saúde social e da nação.

As interpretações sobre a Ditadura Militar e as formas de consentimento em regimes políticos: algumas palavras

Falar das formas de colaboração, de consentimento e de apoio, no caso, à Ditadura, no Brasil, é uma questão delicada. Faz-nos pisar em um terreno arenoso por duas razões: uma porque toca a questão da responsabilidade pessoal em relação ao poder constituído e aos modos de consentimentos (ARENDT, 2004, p. 70-111); e a outra porque diz respeito aos

benefícios, simbólicos ou materiais, adquiridos por seus apoiadores. As pessoas que se dispuseram a essa tarefa, em algum momento, assumiram uma postura acrítica diante do autoritarismo, permitindo a presença e a ramificação de um sistema de vigilância e de controle na sociedade. Não é o lugar, aqui, de efetuarmos comentários detalhados sobre esse tema, mas o de apontar a pertinência do debate sobre o assunto.

No que diz respeito ao consentimento em regimes políticos, nos reportamos aos estudos de Pierre Ansart (1978, p. 129-155). Ao analisar as modalidades de consentimento presentes no trabalho ideológico, ele os classifica em três tipos, a saber, a ortodoxia apoiada, a ortodoxia consentida e a ortodoxia terrorista. A primeira é caracterizada pelo apoio manifestado por sinais espontâneos e pela interiorização das mensagens e sua reprodução não obrigatória. Para essa tarefa não é necessário poderosos instrumentos de propaganda e, por mais estranhas que possam parecer as mensagens difundidas, elas não são vistas como repressivas.

A segunda, por sua vez, tem um sistema amplamente institucionalizado, rotinizado, onde as mensagens são aceitas, consideradas evidentes por uma grande maioria da população interessada, sem despertar o desencadeamento do entusiasmo, nem contestação. Nela, o poder político se apodera dos meios institucionais de influência ideológica, entre eles, a escola e os meios de propaganda para disseminar seus ideais. Por fim, a terceira tem, na difusão das mensagens, o propósito de garantir a obediência aos poderes estabelecidos. Nela, a linguagem ideológica é vivida como a linguagem da verdade. Além disso, exerce uma violência ilimitada sobre os adversários procurando eliminá-los, para que, segundo essa lógica mortífera, a sociedade legítima possa se realizar.

Esse jogo se manifesta, no campo simbólico, em linguagens e práticas sociais. Sua finalidade consiste na criação de novos códigos e na aplicação dos mesmos na sociedade. Pretende, portanto, a legitimação de um regime político. Por essa razão, é importante identificar o poder produtivo, os aparelhos de produção, a situação dos receptores e, em seguida, o conteúdo das mensagens. Estes procedimentos revelam os agentes manipuladores dos discursos, o funcionamento dos mecanismos de difusão dos conteúdos ideológicos e a situação dos receptores que, para a manutenção do regime político, são levados à atestação e glorificação das normas. Isso nos mostra que os governos, para legitimarem-se, não se baseiam exclusivamente na violência e na repressão social. Os mesmos encontram suportes e

apoio político na própria sociedade fazendo uso dos diferentes meios de inculcação de valores.

Essa perspectiva permite lançar um olhar atencioso ao momento de instauração do Golpe militar e compreender como se deu a sua constituição, no Brasil. Sobre esse tema, vale ressaltar os estudos que evidenciaram formas distintas de interpretar a Ditadura. Uma delas diz respeito à própria instituição militar (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004). Mostramos que os militares não eram, em relação às suas posturas e aos seus ideais, homogêneos. Entre eles havia contradições motivadas pelas disputas de poder, pelo receio do esfacelamento da hierarquia militar e pelas divergências na escolha do modelo político adequado para a melhor condução do país e, conseqüentemente, do regime militar. Esta seria uma das explicações para a gradativa militarização do sistema estatal e para os diferentes momentos de repressão e de liberalização, durante a permanência dos militares no poder.

Uma segunda interpretação tem a ideologia como variante explicativa (CODATO, 2004, p. 11-36). Ela enfatiza, sobretudo, o combate ao comunismo e à inserção de suas ideias no cenário nacional. Insere-se no contexto de Guerra Fria em que os dois blocos, capitalismo e comunismo, disputavam zonas de influência, particularmente na América Latina (MUNHOZ, 2004, p. 261-281). No Brasil, acreditava-se que era preciso enfrentar o comunismo, pois se tinha a ideia de que o mesmo representava obstáculo ao crescimento econômico do país sendo, ainda, uma ameaça aos valores morais e cristãos da época. Foi esta a justificativa dada pelos militares para a aplicação do golpe que derrubou o presidente João Goulart, em 1964. Contou, sobretudo, com o apoio das classes médias urbanas, dos setores empresariais e da ala conservadora da Igreja Católica (CORDEIRO, 2009, p.41-76.). A terceira interpretação refere-se, basicamente, ao comportamento da própria sociedade (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 271-302). A dinâmica social, o modo como os indivíduos se comportaram diante do regime autoritário, os conflitos e as tensões existentes no tecido social são elementos reveladores de como a Ditadura Militar se constituiu por meio de forças políticas divergentes entre si.

É importante destacar que os estudos que tratam dos segmentos da sociedade que apoiaram a Ditadura, são ainda recentes. Porém, autores, como René Dreyfuss (1981), já haviam chamado atenção para a participação de civis na preparação e, inclusive, na execução do golpe. Seu trabalho, importante para a historiografia sobre o período, priorizou, nas suas análises, as elites sociais e políticas. Na última década, no entanto, pesquisadores têm se

dedicado ao estudo das complexas relações entre Ditadura e a sociedade, para além dos estudos das múltiplas formas de oposições aos militares (REIS, 2014, p. 7-13). Mas, quando recuamos um pouco mais no tempo e visitamos a literatura especializada sobre a Ditadura, especialmente a produzida após a década de 1970, não é difícil perceber que boa parte dela centrou os seus estudos nos sistemas repressivos e nas resistências. O binômio dominação/resistência ofereceu uma chave de leitura sobre o período e, a mesma, pouco se preocupou com os segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, e por meio de diferentes práticas sociais, se dispuseram a colaborar com o poder constituído.

Sobre essa questão, existem estudos que podem indicar explicações. Maria Helena Rolim Capelato, por exemplo, mostrou que a multiplicidade de movimentos sociais, de natureza política, surgidos a partir dos anos de 1970, pôs em xeque às noções comuns da ação política (CAPELATO, 1996, p. 161-165). Os referenciais de análise até então utilizados não davam conta da compreensão dessa visão polissêmica da sociedade civil. Segundo a historiadora, tais questões inseriram-se dentro do processo de democratização do país, o que levou à utilização de termos necessários para classificar essa novidade. Foi nesse solo que o termo resistência adquiriu importância e passou a significar aqueles que se impuseram contra grupos dominantes, ligados agora a um ponto comum, a construção da democracia.

Essa perspectiva baseou-se na dicotomia de análises do tipo opressor e oprimido, explorador e explorados, reforçando o papel das forças coercitivas, por parte do Estado, para obtenção do controle social (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p.11.). A recorrência à resistência consolidou uma memória em torno da esquerda. Embora derrotada politicamente, a esquerda conseguiu afirmar-se nos produtos culturais, consagrando-se numa visão heróica na memória social (NAPOLITANO, 2014, p. 145-168). Por isso, o entendimento da relação entre sociedade e Ditadura, bem como os modos de pensar a política, e as práticas sociais que dela decorrem, depende da apropriação de categorias teóricas e de conceitos que deem conta de explicar as singularidades de cada momento histórico.

Educação Moral e Cívica: a higiene da mente

“Brasileiro de verdade!” Título do livro didático de educação moral e cívica da rede de ensino de Curitiba, dirigido a estudantes entre 10 a 15 anos de idade, no início dos 1970. A capa do livro, com a imagem da bandeira do Brasil, ao fundo, completava-se com a

representação de um jovem estudante cuja expressão não deixava transparecer qualquer tipo de infortúnio. Era a representação da felicidade! O livro divide-se em temas referentes à família, religião, valores e obrigações em relação à pátria. Para cada tema, havia atividades próprias sem exigir maiores esforços do aluno para serem resolvidas. Cabia a ele apenas preencher as lacunas com palavras-chaves – amor, família, Deus, pátria, trabalho, estudo, honra, entre outras – direcionadas pelo próprio professor, sem esquivar-se do material.

Numa das atividades, a linha do tempo da história nacional, destacava-se as figuras consideradas ilustres para o Brasil: homens honrados, geralmente estadistas, e grandes fatos, como o da Inconfidência Mineira ou o do Grito do Ipiranga, eram exaltados com intuito de estimular o patriotismo. Nela, 1964 é visto como o ano da revolução que salvou o país. Uma das atividades pra os alunos trazia a seguinte informação: “31-3-1964 – Governo da Revolução é instituído pelas Forças Armadas para preservar a Democracia.”² Este era o ponto de vista defendido pelos militares no momento de aplicarem o Golpe. Aqui a ameaça à ordem era comunismo. Combater o “perigo vermelho”, segundo essa visão, era necessário para evitar a degeneração dos valores morais da sociedade.

O anticomunismo, no início dos anos de 1960, foi a conjuntura propícia para as “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, atos públicos organizados pelas senhoras católicas, apoiados por políticos conservadores e pelo segmento empresarial, reuniu milhares de pessoas nas ruas das cidades por todo o Brasil (PRESOT, 2010, p. 71-96). Com o terço nas mãos, mostraram-se contrárias à política populista do governo de João Goulart e, apegando-se aos valores cristãos, apresentaram-se como “salvadoras” da democracia. A luta contra o comunismo e a visão otimista em relação ao desenvolvimento, e ao capital estrangeiro, era justificado pela perspectiva de superação do atraso econômico brasileiro e pelo enfrentamento dos opositores da nação. Tal visão reforçava, especialmente entre os jovens estudantes, a ideia dos militares como redutores do país.³

² BAPTISTA DE DEUS, Marilza Martins. *Brasileiro de verdade!* Educação Moral e Cívica para estudantes de 10 a 15 anos de idade. Curitiba: Imprimax LTDA, 1971, p. 50-51. O livro foi publicado e produzido pela prefeitura de Curitiba e utilizado na rede de ensino público da capital paranaense, no início dos anos de 1970. Inseriu-se dentro da reforma educacional oficializada pela Lei 5692/71. A lei estruturou o ensino de primeiro e segundo grau modificando a grade curricular, por exemplo, com a inserção da disciplina de educação moral e cívica.

³Essa perspectiva ainda se presencia na educação de jovens dos colégios militares. Ver: Notícias – A história ensinada às crianças e adolescentes dos colégios militares. *ANPUH* – Associação Nacional de História. http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1864 Acesso: 02/07/2011.

Juntamente com discurso salvacionista, havia uma preocupação em relação ao que impedia o os indivíduos de se ocuparem com questões úteis, tais como o trabalho e os estudos. Mais tarde, nos anos de 1970, contexto dos projetos de integração nacional e desenvolvimento do país, o ideal de trabalho logo foi atrelava ao ensino técnico nas instituições de ensino, criado para responder à necessidade, por parte do governo, de criar mão de obra capacitada e indivíduos aptos para atuar produção econômica do país.



Figura 1: CORREA, Avelino Antônio. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica*. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979.

Na figura, retirada de um dos livros utilizados na rede pública de ensino, é notória a interligação entre projetos político-econômicos e educação para o trabalho, que não se limitava somente a esse fato. Em razão disso, nos manuais de educação moral e cívica, as imagens e palavras compunham a trama narrativa deixando inseparáveis o sentimento de felicidade e as noções de trabalho e progresso. Nesse caso, o indivíduo sentia-se responsável pelo crescimento e desenvolvimento do país. Não somente conseguir mão de obra para o trabalho, mas criar e estimular comportamentos sociais capazes de eliminar os vícios que davam a ideia de degeneração da nação. Para combater esse mal, os livros reforçavam as ações que denotavam algum tipo de virtude. Constituíram uma espécie de higiene moral, uma pedagogia moral, onde os valores referentes à família, à pátria e ao catolicismo formariam a base do caráter dos alunos. As atividades nas instituições de ensino almejavam bons cidadãos, obedientes e respeitadores da ordem.



Figura 2: CORREA, Avelino Antônio.
Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979.

Esse exemplo, de uma maneira atrativa para o aluno, mostra como o jovem deveria comportar-se. Embora colocado diante de duas possibilidades, ficava claro qual delas ele deveria optar. A partir daí, era orientado a classificar os valores que os conduziria ao caminho da felicidade e, do mesmo modo, eliminar aqueles que os desviava do que se considerava uma atitude saudável. Gradativamente, o aluno se confrontava com os hábitos comportamentais adequados para a convivência tanto no espaço das instituições de ensino, quanto no da família, e deste para a sociedade. Condutas como respeito às leis, obediência à família, à religião eram recorrentes nas atividades realizadas em sala de aula em oposição à preguiça, à desobediência, por exemplo, que eram tidos como uma antivirtude. A lógica era a de que, pela repetição diária dessas atividades, o estudante pudesse eliminar os maus hábitos e fortalecer as virtudes consideradas importantes para a convivência social.

Esse aspecto incluía-se dentro do contexto de reestruturação do sistema de educacional, nos anos de 1960 e 1970, em que se associava educação e desenvolvimento. As propostas curriculares derivadas dessa dinâmica não podem ser vistas fora de um processo cultural e de relações de forças que se chocaram no período (MARTINS, 2005, p. 17-34). Por esse motivo, a educação pode ser vista não somente como um sistema de difusão da doutrina e do imaginário militar, era o meio em que comportamentos eram tecidos e constituídos. O combate aos vícios, por exemplo, pretendidos pela pedagogia moral, costurava também uma valorização do trabalho. O mesmo deveria estender-se aos propósitos nacionais. Se o estudante conseguisse internalizar esse comportamento dentro da instituição de ensino, não iria demorar muito para que pudesse praticá-lo fora dos muros da escola.

O controle da educação e da informação serviu, nos regimes políticos autoritários, para inculcar valores e assegurar a obediência dos indivíduos. Os manuais de educação são

um exemplo rico no que se refere à expressão de conhecimento e de valores de uma época.⁴ Eles manifestam práticas culturais e políticas muitas vezes calcadas no discurso fundador da nacionalidade, no intuito de formar modelos desejados de identidade. Reforçaram, no caso da Ditadura, princípios relacionados à hierarquia, à autoridade, à ordem e à tradição. Valores relacionados à religião, à família patriarcal e condutas que ensinavam a parcimônia e educavam para o trabalho deveriam extrapolar os limites da escola para a sociedade.⁵

Na década de 1970, observa-se uma valorização das atividades físicas com a instituição, nas escolas públicas, da prática dos esportes, da educação física e dos lazeres. Mecanismos propícios surgem para estimular entre os estudantes a competitividade, os cuidados com o corpo e a integração através de jogos esportivos.⁶ Nosso desejo não é o de fazer aqui um estudo aprofundado desses temas, mas o de trazer alguns apontamentos acerca dessas práticas para perceber como as mesmas estiveram associadas a uma noção de higiene moral, e também do corpo, ao mesmo tempo em que se integravam ao propósito de harmonização social e de integração nacional, veiculados pelos militares.

As práticas esportivas, as atividades físicas e de lazer: higiene do corpo

Michel Foucault (1979, p. 179-191) já havia nos mostrado em seus estudos, que desde o século XVIII, um conjunto de saberes sobre o corpo havia se constituído. Eles atuaram, em diferentes modos, controlando o corpo, examinando-o, disciplinando-o a partir de técnicas e instituições como escola, prisão, hospital, entre outras, gerenciado o modo como os indivíduos comportavam-se e expressavam seus desejos e sentimentos. Isso se deu no campo das relações de poder, não o poder entendido como bloco monolítico exercido unicamente pelo Estado, mas, como pontuou o filósofo francês, o poder constituído na sua dimensão capilar.

Em outros dos seus estudos, o filósofo francês nos mostra como, a partir do século XIX, o gerenciamento desses corpos, o seu disciplinamento, torna-se depois uma preocupação

4 Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de dominação infantil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, 2009.

⁵ No Brasil isso, durante a Ditadura, isso não constituiu uma novidade. No período Vargas a prática de valorização do trabalho associado ao disciplinamento do corpo também foi algo recorrente nos programas de ensino e nas propagandas do Estado Novo. Ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

⁶ A educação física escolar foi conformada de forma autoritária pelo Estado no Brasil, a partir das reformas educacionais de 1968 (Lei 5.540) e 1971 (Lei 5.692 e decreto 69.450).

política que se volta para a população. Controlar grupos humanos, gerenciar seu espaço de atuação, sua natalidade e mortalidade, constituiu outra forma de poder. Ele se apossou da vida constituindo-a como bem administrável, ao mesmo tempo em também poderia gerar seu próprio aniquilamento (FOUCAULT, 2010).

Carmem Lúcia Soares (2005), nos chama atenção, em seu trabalho, como a ginástica, gradativamente, tornou-se meio para se constituir códigos de civilidade e uma educação dos gestos e do corpo, na França do século XIX. Comprovada cientificamente, a ginástica teria como propósito eliminar os excessos do corpo, criar gestos harmônicos e institucionalizar os gestos do corpo. Para isso, era necessário o uso de técnicas especiais que pudessem controlar e fazer uso da força física. A técnica, a precisão e a beleza dos gestos revelavam um caráter moral. Sua inserção deu-se no momento de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia e ligou-se a questões relacionadas à saúde e à higiene. As atividades físicas deveriam ser exploradas porque ensinariam a seus praticantes o modo de atuação na própria sociedade.

Em outro artigo a autora, a partir do dialogo com o pensamento de Michel Foucault, elabora um a análise sobre as pedagogias contemporâneas que se apossam dos indivíduos normalizando-os e controlando seus desejos (SOARES, 2009, p. 63-81). Isso se manifesta, por exemplo, na busca da saúde e na valorização de corpos ativos e perfeitos. Para ela, a mudança deu-se com o desaparecimento do divertimento e o surgimento do lazer ativo, divulgado pelos meios de comunicação, legitimado pela ideologia medica, que garante um caráter de cientificidade. Desse modo, tem-se a proliferação nas propagandas de corpos ideais, programas que se dedicam a controlar o corpo e o seu peso, a prática constante de exercícios físicos modulam e procuram tirar o máximo do corpo.

Se pensarmos no Brasil durante a Ditadura, veremos que essa forma de gerenciamento dos indivíduos, a partir de uma pedagogia moral e do corpo, presenciou-se de forma elaborada dentro das instituições de ensino a partir de uma constituição da prática de educação física, esportiva e de lazer. A intenção era a de fazer da atividade física, e também do esporte, um elemento comum ao cotidiano das pessoas. Dessa maneira, canalizar as energias para evitar a crítica ou questionamento ao governo militar, propiciar uma educação para o trabalho e para a competitividade, reforçar a prática do disciplinamento e associar equilíbrio social e saúde social (VIEIRA, 2009, p.387-414). Governar o corpo e educar seus gestos, suas palavras, significava governar também a sociedade.

Para isso, os militares buscaram num suposto ideal de democracia sua pretensão de legitimidade. A ancoragem desse sistema de valores, como vimos, estava nos ideais de ordem, de preservação da família e de saneamento moral. A lógica era o seu reforço em todo o tecido social (RESENDE, 2001, p. 3637). O plano de ação psicológica foi elaborado pelos militares da Escola Superior de Guerra (ESG). Buscava-se adesão e reconhecimento em todos os níveis da sociedade, especialmente naqueles onde não existia a guarnição militar. Era orientado pela perspectiva da segurança nacional enquanto fundamento necessário para uma sociedade harmônica. A atitude e o comportamento dos indivíduos em todos os âmbitos da vida social deveriam ser controlados e gerenciados, num primeiro momento, para o enfrentamento da ameaça comunista no Brasil e, em seguida, para produtividade econômica.

Nas instituições de ensino, essa visão baseava-se no modelo de vida saudável e ativa, ambos conquistados pelas atividades físicas e esportivas. A escola, como espaço de sociabilidade, de constituição de comportamentos e de saberes, apresentava-se como ambiente privilegiado para a prática de atividades físicas e esportivas não somente porque atingia um número significativo de jovens, mas porque permitia a criação de um sentimento de pertencimento à pátria, de uma paixão pela cultura do corpo e de uma energia produtiva. As diferentes modalidades esportivas reforçavam os laços de sociabilidades entre alunos e professores e, além disso, revelavam talentos para representar o Brasil em competições esportivas. Por meio do discurso do esporte, havia a clara intenção de evitar os vícios e de ensinar a superar obstáculos.

Essa capacidade física era obtida pelos constantes treinamentos realizados dentro e fora dos espaços escolares. Propiciavam maior aproveitamento do tempo dos indivíduos e, em cada um deles, enfatizava-se a ideia de superação dos próprios limites do corpo. Já as atividades físicas e esportivas, de caráter competitivo, eram realizadas, primeiro, no interior das instituições de ensino. A intenção era a de proporcionar, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento do estudante, detectando o tipo de atividade física e esportiva adequada para cada jovem e, em seguida, havia competições e eventos interescolares, chamados de jogos estudantis. Nestes eventos, buscava-se reforçar o disciplinamento, a competitividade e o reconhecimento da superioridade de outrem.



Figura 3: Fotografia Prof. Vilson Trein. 1974. Atividades 1969-1976 – Educação Física. 1 álbum (150 fotos).

Todo esse investimento nas práticas esportivas, nas atividades físicas e de lazer era uma política do Estado. Por meio dela, uma série de projetos e de programas educacionais, voltados à prática de atividades físicas, compôs a grade curricular das escolas, sendo as mesmas acompanhadas com mais rigor e técnicas pedagogicamente gerenciadas. Um exemplo a ser citado é o da ginástica. Fortalecer a musculatura do corpo, bem como aprimorar os gestos e os comportamentos do corpo, simbolizava a preocupação de reforçar os vínculos, pela atividade física, ao ideal de disciplinamento militar.

Não bastava somente ao jovem estudante possuir um comportamento adequado, capaz de respeitar os valores morais, particularmente aqueles veiculados pela moral cristã e pelo patriotismo. Isso deveria ser internalizado em seu próprio corpo. Força, competição e determinação eram requisitos valorizados nas atividades planejadas em cada aula, ministradas pelos professores de educação física. Tais atividades estavam conectadas àquelas relacionadas à educação moral e cívica, como vimos anteriormente.

Os jogos estudantis eram realizados em diferentes lugares e em espaços capazes de comportar um número significativo de alunos. Neles se fazia competições esportivas e também de oratória. Cada estudante elaborava um discurso, para ser lido em público, a partir de temas referentes à integração nacional:

DO CONCURSO DE ORATÓRIA

Art. 6º - Os estabelecimentos de ensino inscreverão um aluno concorrente e um substituto eventual.

Parágrafo único: são concorrentes os alunos de ambos os sexos.

Art. 7º - O tema para o concurso é “A integração através do esporte” e o aluno usará a palavra durante no máximo cinco (5) minutos.

Art. 8º - O julgamento ficará a cargo de professores designados pela Comissão Central Organizadora (CCO).⁷

Nota-se, em tais eventos, que havia um interesse em integrar os estudantes. Esse ideal de integração, desejado pelos militares, deveria ser feito não somente pelo investimento econômico com a abertura de rodovias, a exemplo da Transamazônica, e no âmbito da cultura, pelo apoio a manifestações culturais populares, o que permitiu a criação das Casas da Cultura, mas pela internalização deste valor por meio das atividades esportivas. Os eventos competitivos realizados entre as escolas, respondia a esse propósito.

Esses objetivos políticos, ligados ao desenvolvimento e ao trabalho, não se dissociava de uma retórica voltada à saúde. A constituição de corpos saudáveis, fortes, capazes de enfrentar diferentes obstáculos, disciplinados e moralmente educados, dava a ideia de uma nação livre dos conflitos sociais. A higiene moral e a saúde do corpo eram os aspectos de um corpo social saudável moralmente constituído. Essa era ideia divulgada, ou seja, a de que o país, imerso numa Ditadura, conseguia manter a ordem social. A maior parte da população pouco sabia da existência de conflitos sociais e da violência praticada pelo Estado, contra seus opositores. Nestes grandes eventos, os desfiles cívicos e competições esportivas realizavam entre si, um projeto político se fazia presente, de forma mais capilar, nos corpos dos alunos.

As campanhas governamentais voltadas aos lares ativos, com a dinamização da prática esportiva, não se restringiu às instituições de ensino. Campanhas como Esporte para Todos e Mexa-se, foi difundida nos diferentes setores da sociedade. Uma vida ativa, a partir de uma ocupação sadia expressava padrões de normalidades, estas manifestadas em práticas sociais cotidianas (SOARES, 2009, p. 71). No caso dos estudantes, algo recorrente, conforme vimos em relação à associação entre o sentimento de felicidade, trabalho e progresso, era a concepção, integradas a essas ações, da importância da íntima ligação entre o estudo e as atividades físicas e esportivas, sendo o mesmo bom em todas elas. Isso quer dizer que os indivíduos, bons no trabalho, bons nas atividades físicas, tornavam-se, efetivamente, bons cidadãos. O conjunto dessas práticas sociais garantia a boa conduta no espaço educacional e fora dele. Deveria, segundo essa lógica, acompanhar o aluno por toda a vida.

⁷ VI Jogos estudantis Maria Aguiar Teixeira. Regulamento. Datilografado. Curitiba, maio de 1975.



Figura 4: Fotografia Prof. Vilson Trein. 1974. Atividades 1969-1976 – Educação Física. 1 álbum (150 fotos).

Esse exemplo ilustra como essas práticas estavam presentes no tecido social e acompanhavam todo o desenvolvimento e formação do estudante. Do primeiro ao segundo grau, até à universidade, essa lógica, em diferentes modalidades, constituíam-se em práticas sociais e comportamentos adequados denotando como os corpos dos indivíduos eram objetos do cuidado. Seu bom gerenciamento, a pedagogia moral aplicada criava efeitos de disciplinamentos sobre seus desejos, atrelando os mesmos aos mesmos propósitos nacionais. Dessa maneira, o jovem indivíduo sentia-se parte integrante desse grande corpo social, a nação.

Considerações finais

O que podemos concluir de todas essas questões? A primeira delas é de que é preciso entender a Ditadura como um momento complexo de nossa história. Neles, diferentes formas e jogos de poder estiveram presentes e, sem dúvidas, marcados por tensões sociais. Outra questão, é que as práticas sociais que associavam noções de trabalho, de higiene moral e do corpo completavam-se efetivando uma prática política interessada na construção de uma nação ausente de conflitos sociais e obedientes às formas de comando. O corpo do indivíduo era a extensão do corpo da nação.

A internalização dos valores morais favorecia um comportamento dócil na sociedade. O suposto ideal de democracia defendido pelos militares: a defesa da família, a noção de ordem, o saneamento moral e a segurança nacional diluíam-se na ideia de comunhão desses anseios em toda a sociedade. Outro elemento importante: o corpo não pode ser pensado fora da esfera pública. Ele está carregado de uma dimensão política. Os aspectos que o rodeiam, o seu cuidado, o uso de suas potencialidades, de sua higiene moral e física, se constituem por

meio de relações de poder e de força, no intuito de efetivar determinados projetos políticos e visões de mundo. Eles procuram moldá-lo por meio de regras e normalizações. O esporte, o lazer, as atividades físicas associadas a uma educação moral, efetivavam esse propósito nos estudantes.

Esse empreendimento deu-se também pelo empenho de um grupo especializado de funcionários. Encarregaram-se de produzir as mensagens, de instalar os processos de doutrinação e de prever, inclusive, os mecanismos de sanção àquilo que se encontra na contramão da ordem estabelecida. Foi um trabalho feito com cuidado e elevada atenção ao conteúdo das mensagens transmitidas aos indivíduos, em primeiro lugar aos jovens. A clareza do programa, a difusão das imagens, a sua repetição e rotinização por meio de práticas sociais, como as que analisamos neste trabalho, remetem a uma idealização de nação e à sua grandeza no presente (ANSART, 1978, p. 144-150).

O apelo moral feito para realizar tarefas conforma-se com os ideais coletivos. Coloca-se, então, numa mesma linguagem o apelo ao amor e o apelo à obediência. A força disso reside no fato de o indivíduo sentir que no mesmo patamar encontra-se a sua própria felicidade e a felicidade da nação por meio do vínculo estabelecido com a “comunidade dos escolhidos”. Na verdade, este vínculo permite exercer uma disciplina nos indivíduos, com a normatização de seus corpos, de suas mentes e de seus comportamentos.

A sociedade cria um conjunto coordenado de representações, definidas como imaginário, que reproduz, distribui identidades e papéis sociais. Expressa necessidades coletivas, fixam normas e valores, dita ordem, indica seus fins, evoca atos justos e condena desvios. A apropriação dos símbolos, o uso de práticas que objetivam o cuidado com o corpo, tem como finalidade assegurar o *status quo*, a submissão e manter hierarquias. Pretende designar em traços gerais o verdadeiro sentido dos atos coletivos. Procura traçar o modelo de sociedade legítima e de sua organização, indicar simultaneamente os legítimos detentores da autoridade, os fins que se deve propor à comunidade e os meios para alcançá-los. Busca ainda uma explicação sintética, onde o fato particular adquire sentido, onde os acontecimentos se coordenam numa unidade plenamente significativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djair Lázaro de. *Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar: um estudo dos manuais didáticos*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

- ANDRADE FILHO, José Hermógenes de. *Organização social e política brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). *A história ensinada às crianças e adolescentes dos colégios militares*. Disponível em: http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1864 Acesso em: 02 jul. 2011.
- BAPTISTA DE DEUS, Marilza Martins. *Brasileiro de verdade!* Educação Moral e Cívica para estudantes de 10 a 15 anos de idade. Curitiba: Imprimax LTDA, 1971.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de dominação infantil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de dominação infantil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. *Estudos Históricos*, São Paulo, n. 17, p. 161-165, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CORREA, Avelino Antônio. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica*. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979.
- COUTINHO, Osvaldo. *Estudos de Moral e civismo*, ensino de 1º grau. São Paulo: Ed. do Brasil, 1975.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Volume 1. São Paulo: Edições Graal, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- HAGGINS, Martha. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, Set./Dez. 2010.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na Ditadura Militar brasileira: demarcação do espaço do professor. In: CERRI, Luis Fernando (Org.). *O ensino de história e a Ditadura Militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.
- MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEUMANN, Franz. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 51-75, jan./jun. 2002.
- OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção; sob a égide da ditadura militar (1964-1985). In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). *História dos esportes no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009.
- PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- REIS, Daniel Aarão. Passado, presente e futuro da Ditadura no Brasil. In: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- RESENDE, Maria José de. *A ditadura militar: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985*. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, 2004.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SOARES, Carmem Lúcia. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- SOARES, Carmem Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudos da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Autores associados, 2005.
- VI Jogos estudantis Maria Aguiar Teixeira. Regulamento. Datilografado. Curitiba, maio de 1975.
- Vilson Trein. 1974. Atividades 1969-1976 – Educação Física. 1 álbum (150 fotos).